Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS
Vol. 17 Nº 34, Jan - Jun de 2025
Universidade Federal do Rio Grande – FURG

Inventário cultural do Povoado Trangola de Currais Novos/RN: categoria dos lugares e possibilidades de apropriação pelo turismo cultural

Cultural inventory of the Trangola Village of Currais Novos/RN: category of places and possibilities of appropriation by cultural tourism

Eduardo Cristiano Hass da Silva*

Resumo: Localizado no interior da cidade de Currais Novos, no Rio Grande do Norte, o Povoado Trangola é conhecido pelo exercício da cotonicultura até os anos 1980, bem como pela presença de um Boi de Reis específico da comunidade. O presente artigo tem como objetivo analisar os bens culturais da categoria lugares, do Povoado Trangola, com potencial de apropriação por atividades do turismo cultural. Emprega-se o referencial teórico da História Cultural e dos estudos sobre Memória, articulados a partir dos conceitos de Patrimônio Cultural, Cidade e Identidade. A pesquisa recorre à metodologia de realização de Inventários Participativos, estabelecida pelo IPHAN, bem como à realização de entrevistas de História Oral, produzidas no formato áudio e vídeo. A partir da metodologia adotada e dos direcionamentos do IPHAN, os bens culturais foram classificados em seis categorias: lugares, formas de expressão, celebrações, saberes, objetos e pessoas, sendo essa última categoria, uma adaptação para atender à comunidade. Os resultados demonstram a potencialidade dos bens culturais em serem convertidos em atrativos turísticos, desde que tomados os devidos cuidados no processo de apropriação.
Palavras-chave: Patrimônio cultural, Turismo cultural. Povoado Trangola. Currais Novos/RN.

Abstract: Located in the interior of the city of Currais Novos, in Rio Grande do Norte, the Trangola Village is known for its cotton farming until the 1980s, as well as

* Professor Adjunto do Curso de Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), campus Faculdade de Engenharia, Letras e Ciências Sociais do Seridó (FELCS). Coordenador do Grupo de Estudos em Patrimônio Cultural e Turismo (GEPCTur) da FELCS/UFRN. Doutor em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), na linha de pesquisa Educação, História e Políticas. Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), na linha de pesquisa Sociedade Ciência e Arte e, graduado em História (Licenciatura e Bacharelado) na mesma instituição. Editor da Revista Turismo, Sociedade & Território (2021-atual) e da Revista História da Educação (2022-atual).

for the presence of a Boi de Reis specific to the community. This article aims to analyze the cultural assets of the category of places, of the Trangola Village, with potential for appropriation by cultural tourism activities. The theoretical framework of Cultural History and studies on Memory are used, articulated from the concepts of Cultural Heritage, City and Identity. The research uses the methodology of conducting Participatory Inventories, established by IPHAN, as well as the conducting of Oral History interviews, produced in audio and video format. Based on the adopted methodology and IPHAN guidelines, cultural assets were classified into six categories: places, forms of expression, celebrations, knowledge, objects and people, with the latter category being an adaptation to meet the needs of the community. The results demonstrate the potential of cultural assets to be converted into tourist attractions, as long as due care is taken in the appropriation process.
Keywords: Cultural heritage, Cultural tourism. Trangola village. Currais Novos/RN.

Introdução

Em "O Perigo de uma História Única", a pensadora Chimamanda Ngozi Adichie (2009) nos convida a refletir a respeito da importância das narrativas produzidas sobre e por diferentes grupos, e como essas narrativas estão atreladas a relações de poder, escolhas e seleções. Essas narrativas, tanto podem ser utilizadas como forma de espoliar e caluniar, quanto como forma de empoderar e humanizar. É a partir da segunda proposição que esta pesquisa movimenta-se.

Ao longo do século XX, observa-se uma ampliação do conceito de patrimônio cultural, a qual está atrelada a um conjunto de documentos internacionais, decretos e à luta de grupos historicamente excluídos nas narrativas históricas. Em âmbito internacional, a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (1972), a Declaração de Quebec (1984), a Declaração do México (1985) e a Declaração de Caracas (1992) são estruturantes para uma ampliação do conceito. No Brasil, apesar de iniciativas anteriores, a Constituição Federal de 1988 e o Decreto 3.551/2000 possibilitaram novos olhares para o patrimônio, que passa a contemplar saberes e fazeres de sujeitos históricos até então, majoritariamente desconsiderados (TOLENTINO, 2016; SILVA, 2024). Essa ampliação contribuiu de forma significativa

para combater "narrativas únicas" (ADICHIE, 2009) produzidas e reproduzidas sobre determinados grupos sociais.

As lutas travadas por grupos historicamente excluídos, atreladas aos diferentes decretos e documentos normativos, permitiram que, no século XXI, consagre-se uma concepção de patrimônio que extrapola a concepção de histórico e artístico, passando a ser chamado de cultural. Além disso, os objetos de preservação deixam de serem apenas bens materiais móveis e imóveis, passando a atender aos bens imateriais. Alargam-se os instrumentos de preservação, que para além do tombamento, passam a contar com o registro. O objetivo do patrimônio cultural deixa de ser a construção da identidade nacional, com atuação exclusiva do poder público (federal), passando a centrar na promoção da diversidade cultural, com a atuação não apenas do poder público federal, mas também municipal, da sociedade civil e setor privado (PEREIRA; ORÍA, 2012).

Além disso, o patrimônio cultural passa a ser cada vez mais objeto de visitações, em especial a partir do segmento do Turismo Cultural, o qual apropria esses bens, transformado-os em atrativos culturais e naturais (Brasil, 2012). É no movimento de ampliação do conceito de patrimônio cultural, de bens culturais e de atuação de diferentes grupos sociais que, a escrita deste artigo torna-se possível. "Inventário cultural do Povoado Trangola de Currais Novos/RN: categoria dos lugares e possibilidades de apropriação pelo turismo cultural" apresenta uma investigação sobre os bens culturais de uma comunidade rural, majoritariamente formada por antigas e antigos trabalhadores do algodão, localizada no interior do Rio Grande do Norte, um dos estados da região nordeste brasileira. O objetivo da pesquisa consiste em analisar os bens culturais da categoria lugares, do Povoado Trangola, com potencial de apropriação por atividades do turismo cultural.

O artigo encontra-se estruturado em 5 partes além da introdução. Em "Situando lugares e sujeitos: Povoado Trangola de Currais Novos/RN", apresenta-se a localização da cidade de Currais Novos e do povoado em estudo, bem como um breve panorama histórico de ambos, aproximando leitoras e leitores dos sujeitos e dos bens culturais em análise. Na sequência, "Aproximações teóricas: memória e patrimônio cultural a partir da História Cultural" apresenta os conceitos, autores e referenciais mobilizados na construção da narrativa proposta. O tópico centra na apresentação

dos conceitos de memória, patrimônio cultural e cidade, a partir do referencial da História Cultural.

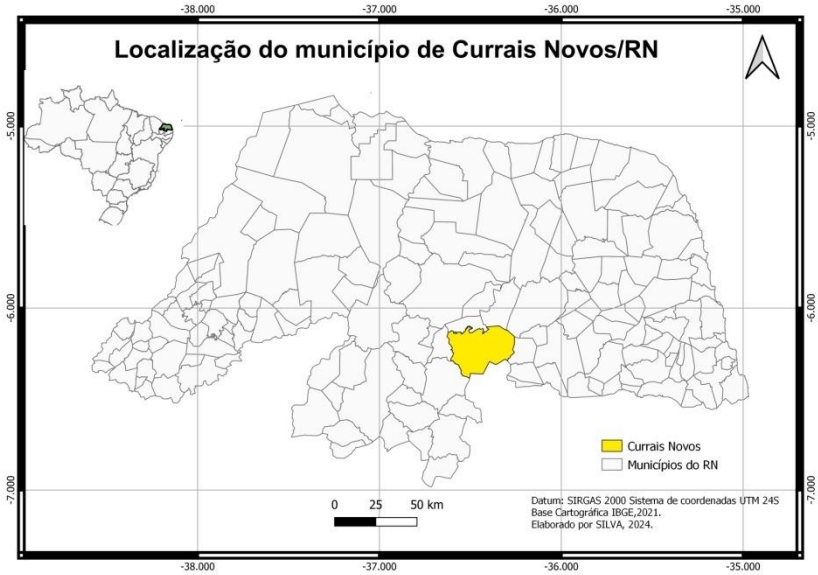
"Aproximações metodológicas: inventariação cultural e educação patrimonial como instrumentos para salvaguarda e apropriação do Patrimônio Cultural" é destinado para os direcionamentos metodológicos da pesquisa. São apresentados tanto os referenciais quanto os instrumentos empregados ao longo da pesquisa. Em "Bens culturais da categoria lugares do Povoado Trangola: diálogos com o turismo cultural", são apresentados e discutidos os bens culturais com potencial turístico, em especial a partir de atividades do turismo cultural.

Por fim, "Considerações finais ou, possibilidades de apropriação do patrimônio cultural pelo turismo?" apresenta algumas reflexões inicias sobre a potencialidade dos bens culturais inventariados e analisados para serem tomados como atrativos turísticos.

Situando lugares e sujeitos: Povoado Trangola de Currais Novos/RN

O Povoado Trangola, também chamado de Comunidade ou Sítio Trangola, está localizado na área rural de Currais Novos, distante 21 km do centro da sede municipal, situado na região Seridó, estado do Rio Grande do Norte (GOMES, 2017; SANTOS, 2018). A localização no município, no estado do Rio Grande do Norte e no Brasil, pode ser observada na Figura 1:

Figura 1 – Localização do município de Currais Novos/RN



Fonte: Fernanda Rayssa da Silva, 2024c.

Conforme destacou-se em estudo anterior (SILVA, 2024), construir uma narrativa possível sobre a história do povoado é aventurar-se na articulação de diversas fontes, produzidas a partir de diferentes metodologias e recursos metodológicos. O caráter lacunar das fontes nos leva a uma narrativa possível, mas não definitiva (VEYNE, 1982), cabendo a investigações futuras avançarem nessa produção.

Como toda a região do Seridó, ao Trangola não escapa uma história indígena de 10 mil anos que é pouco lembrada, devido às características culturais desses povos originários de culturas ágrafas e, muito mais também, devido à força da colonização da região. Desde os anos 1980, uma ampla gama de documentação colonial, bem como a pesquisa arqueológica, têm contribuído para demonstrar que, além de pioneiros na ocupação da região Seridó, essas populações indígenas também foram sujeitos históricos importantes na construção da história e da sociedade seridoense (MARTIN, 2013). No caso do Trangola, a proximidade com áreas onde há evidências nesse sentido, bem como o próprio sítio arqueológico Pedra do Trangola, corrobora com uma história indígena no lugar, antes do estabelecimento do povoado.

O significado do termo “Trangola” desperta contradições. Foram identificados dois significados predominantes. Em algumas narrativas de memória produzidas, bem como em materiais bibliográficos (QUINTINO FILHO, 2009), o termo aparece

associado a um significado de cunho africano. As narrativas de memória mencionam um suposto morador, negro, escravizado, de nome Gola, que teria residido muitos anos na região. O termo significaria homem negro, alto e feio, tendo cunho pejorativo. No entanto, essa narrativa é repleta de esquecimentos, com datas e nomes que não aparecem em outros registros.

A segunda narrativa não explica a emergência do nome, mas rebate a primeira, tensionando as datas e a ausência de elementos ligados à escravização e/ou resistência na comunidade. Após a referência à Gola, as memórias a respeito da Comunidade Trangola (Revista Currais Novos, [s.d.]) apontam o início da colonização com a chegada de Manoel Pinheiro Galvão na região. Filho de Tete Dourada e Joaquim Pinheiro Teixeira, teria vindo da Serra de Teixeira. Manoel Pinheiro Galvão teria tido três casamentos: o primeiro, com uma escravizada, logo ao chegar na região; após a morte da primeira companheira, casou-se com uma segunda, chamada Mariana que também veio a falecer; novamente viúvo, tornou- se a casar pela terceira vez com Rufina, sua cunhada. Dos segundo e terceiro matrimônios de Manoel Pinheiro Galvão, nasceram as primeiras e os primeiros habitantes do Povoado.

A região hoje chamada de Povoado Trangola era, no passado, uma antiga fazenda de algodão. Como era característico daquele momento, a massa trabalhadora podia morar na propriedade em troca do trabalho no plantio e colheita do algodão, o que levou à formação da comunidade. Segundo Santos (2018), os trabalhadores do algodão formavam uma camada social inserida em um contexto de pobreza e discriminação.

A produção de algodão não é uma característica única da comunidade, pois se insere em um contexto nacional e internacional, no qual a cotonicultura se tornou um dos principais motores da economia potiguar ainda no século XVIII. No final do século XIX e início do século XX, juntamente com a Paraíba e Pernambuco, o Rio Grande do Norte dominava o mercado nacional de algodão no período que compreendeu os anos de 1880 a 1903, com significativa potência até os anos 1930. Após um curto período de estagnação nos anos 1930, a economia do algodão é retomada, sobretudo, no contexto da Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Nos anos 1980, o algodão entra em crise na região em decorrência de uma praga (o bicudo, *Anthonomus grandis*, uma espécie de besouro que ataca o algodoeiro). Somando-se ainda a morte do proprietário das terras os moradores, que antes eram trabalhadores do algodão, resolveram formar uma comunidade.

Conforme aponta Santos (2018), o Povoado Trangola possui moderado grau de vulnerabilidade. Ele é formado por residentes que descendem dos antigos moradores, que fundaram a comunidade e foram trabalhadores do algodão. Atualmente, vivem, em sua maioria, da agricultura. Além de agricultores, destaca-se que o povoado conta com um número significativo de aposentados e aposentadas. No ano de 2024, duas casas do Povoado contavam com acesso a internet. O Povoado Trangola é composto por um conjunto de lugares, formas de expressão, celebrações, saberes, objetos e personalidades características do lugar. Em estudo anterior, a inventariação foi realizada, mas não analisada, o que será feito no decorrer do artigo.

Aproximações teóricas: memória e patrimônio cultural a partir da História Cultural

A investigação apresentada resulta da construção do inventário cultural do Povoado Trangola. Para realizar as análises propostas, é importante entender os conceitos que dão subsídio à narrativa construída na investigação. O estudo fundamenta-se na História Cultural, sendo marcado pela interdisciplinaridade, articulando discussões sobre memória, patrimônio cultural, cidade e identidade. Estas diferentes áreas são colocadas em contato a partir do patrimônio cultural do Povoado Trangola.

O fenômeno da memória tem sido objeto de investigações de diversos autores, pensado e discutido a partir de diferentes vertentes epistemológicas, bem como utilizado por diferentes ciências. Nesse estudo, a memória é tomada a partir dos estudos de dois autores que, embora apresentem particularidades epistemológicas em relação ao conceito, permitem algumas observações.

O primeiro autor é o filósofo Paul Ricoeur (2007), que entende que a memória não é a História, mas sim um fenômeno que, ao passar por um processo analítico, pode ser utilizado para a escrita da História. Nessa abordagem, Ricoeur (2007)

entende que a memória é um fenômeno que ocorre no presente, a partir da articulação entre lembrança e esquecimento. Considerar a memória como um fenômeno do aqui e do agora, equivale a dizer que, tanto memória quanto História estão diretamente relacionadas ao tempo e ao espaço, sendo o hábito de habitar a mais forte ligação humana entre data e lugar. Ao mobilizar os bens culturais do Povoado Trangola, trabalha-se com sujeitos e lugares do agora, cujas memórias são fundamentais para a construção de sentimentos de identidade e pertencimento.

Enquanto Ricoeur (2007) propõe uma percepção filosófica da memória, Michael Pollak (1992) apresenta algumas reflexões de cunho sociológico, relacionando Memória à Identidade Social. De acordo com o sociólogo, a memória é um fenômeno tanto individual quanto coletivo. Em relação ao caráter individual, está relacionado ao íntimo, o próprio de cada pessoa. Já a esfera coletiva se refere ao social, um fenômeno que é construído coletivamente, submetido a flutuações, transformações e mudanças. Seja individual ou coletiva, a memória apresenta alguns elementos constitutivos que, para Pollak (1992), são basicamente três: acontecimentos, pessoas ou personagens e lugares.

Os três elementos são identificados no inventário realizado. Os acontecimentos estão relacionados às narrativas de memória e históricas do povoado; as pessoas ou personagens podem ser tanto os sujeitos evocados em diferentes memórias quanto os e as participantes das atividades de inventariação e, os lugares, são o povoado e os lugares específicos nela identificados.

A memória está dentre os elementos mobilizados para a construção dos bens culturais que formam o patrimônio cultural de determinado grupo ou região. O conceito de patrimônio cultural possui uma trajetória de ressignificações e disputas de poder, variando de acordo com os tempos, espaços e contextos. Conforme se mencionou na introdução, a investigação apresentada adota os paradigmas direcionadores que emergem, em especial, a partir do século XXI. Entende-se o patrimônio em sua esfera cultural, que abrange tanto bens materiais quanto imateriais, que podem ser tombados e/ou registrados, com vetor de preservação voltado para a referencialidade e para o pertencimento. Considerando a ampliação do conceito de patrimônio, entende-se que, para além do poder público federal, a esfera de atuação amplia-se para os níveis estaduais e municipais, bem como para a

sociedade civil e setor privado (FUNARI, PELEGRINI, 2009; PEREIRA; ORIÁ, 2012).

Ao realizar-se o inventário cultural do Povoado Trangola, debruça-se sobre parte de uma cidade. De acordo com a historiadora Sandra Pesavento (2007), os estudos do urbano não atentam apenas para o material, para o físico. A cidade é também sociabilidade, sensibilidade e imaginação. A cidade é uma obra coletiva impensável no individual, sendo parte do tecido das tramas sociais. As cidades se constituem como um campo interdisciplinar, sendo espaço de estudo para historiadores, geógrafos, sociólogos, economistas, turismólogos, ambientalistas e outros.

Memória, identidade, patrimônio cultural e cidade são articulados, nesse estudo, a partir da História Cultural. De acordo com Peter Burke (2005), ao longo dos anos 1980, a História Cultural passou por um alargamento dos temas investigados, de forma a permitir estudos da história da prática (prática da linguagem, religiosa, de viajar, de colecionar, etc.), história da leitura, das representações, da memória, história dos livros, dos alimentos, do vestuário, da habitação, do corpo, entre outros. Além desses alargamentos, a História Cultural permitiu um novo olhar para temas já explorados, como as cidades e os seus lugares de memória, patrimônios e sujeitos.

A aproximação entre turismo e patrimônio cultual se dá, em especial, a partir do segmento Turismo Cultural, entendido pelo Ministério do Turismo (Brasil, 2010) como o resultado da combinação entre cultura e Turismo, marcado pela motivação do turista em se deslocar para vivenciar aspectos e situações ligados à cultura. Costa (2009, p. 48) entende que:

> [...] o objeto do turismo cultual é formado pelos elementos resultantes dos recursos culturais – materiais e imateriais – do local ou grupo visitado. Assim, os objetos que desencadeariam a visitação do turismo cultural seriam os bens originários da cultura e formadores do patrimônio cultural do local visitado, em todos os seus múltiplos níveis.

Nesta perspectiva, entende-se que a pluralidade das concepções de patrimônio cultural leva a criação de diversas modalidades do turismo cultural: turismo cultural urbano, turismo cultural em parques temáticos, turismo histórico, turismo arqueológico, turismo paleontológico, turismo artístico ou de artes, turismo étnico, turismo gastronômico; turismo literário; turismo de patrimônio industrial; turismo

ferroviário, turismo cívico, turismo rural, turismo religioso, místico ou esotérico, turismo macabro, entre outros (Brasil, 2010; Costa, 2009; Santos, Colvero, 2020).

Aproximações metodológicas: inventariação cultural e educação patrimonial como instrumentos para salvaguarda e apropriação do Patrimônio Cultural

Metodologicamente, o inventário cultural foi produzido seguindo os pressupostos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (Florêncio *et al*, 2016), recorrendo a adaptações necessárias à realidade investigada. Florêncio *et al* (2016, p. 6) afirmam que "inventariar é um modo de pesquisar, coletar e organizar informações sobre algo que se quer conhecer melhor. Nessa atividade, é necessário um olhar voltado aos espaços da vida, buscando identificar as referências culturais que formam o patrimônio do local".

Segundo Arantes (2009, p. 173), "os inventários [culturais] são procedimentos bastante utilizados e úteis em políticas voltadas à preservação do patrimônio tangível e intangível". Essa metodologia permite o conhecimento sistemático e comparativo das diversas realidades que são alvos das ações de salvaguarda. A partir deste instrumento, é possível estabelecer metas, prioridades e procedimentos de preservação do patrimônio cultural.

Para o inventário cultural ser significativo, é fundamental que ele seja participativo, contando com a participação da comunidade como protagonista:

> Nessa perspectiva, considera a comunidade como protagonista para inventariar, descrever, classificar e definir o que lhe discerne e lhe afeta como patrimônio, numa construção dialógica do conhecimento acerca de seu patrimônio cultural. Alinha, ainda, o tema da preservação do patrimônio cultural ao entendimento de elementos como território, convívio e cidade como possibilidades de constante aprendizado e formação, associando valores como cidadania, participação social e melhoria de qualidade de vida (Florêncio; et al, 2016, p. 6).

O inventário cultural permite realizar uma sistematização para a salvaguarda e apropriação do Patrimônio Cultural de determinado grupo, município, região, estado, entre outros. Assim como o conceito de Patrimônio Cultural está atrelado a relações de poder (Tolentino, 2016), entende-se que o inventário cultural também se insere nessa lógica.

A construção do inventário se deu a partir de um conjunto de atividades de pesquisa, as quais incluem: pesquisa bibliográfica, visitas à comunidade, entrevistas utilizando a metodologia da História Oral com a população, atividades de educação patrimonial, reuniões de planejamento, entre outras atividades.

As entrevistas foram produzidas no formato áudio e/ou vídeo, a partir da metodologia da História Oral (ALBERTI, 2004), que articula lembranças e esquecimentos na produção de memórias (POLLAK, 1992). Ao longo de 2023 foram realizadas diversas entrevistas com 5 residentes do Povoado Trangola: Luiz Reno Pinheiro (Seu Reno); Maria das Graças Pinheiro (Dona Gracinha); Maria de Lourdes Garcia Geraldo (Dona Lourdes); Rafael Carlos Bezerra (Rafael do Queijo) e; Venir Teófilo da Silva Pinheiro (Dona Venir). Todas as entrevistas foram transcritas e todos os entrevistados autorizaram o uso das informações disponibilizadas, bem como de seus nomes e informações pessoais. Destaca-se ainda que, considerando tratar-se de um inventário cultural, além de manter os nomes dos sujeitos, serão utilizadas as formas como os mesmos são conhecidos no Povoado.

A partir da metodologia e dos direcionamentos do IPHAN, os bens culturais são classificados em cinco grandes categorias: lugares, formas de expressão, celebrações, saberes e objetos. No entanto, considerando a particularidade da pesquisa, optou-se pela criação de uma sexta categoria, a que foi chamada de personalidades, voltadas para os sujeitos que são considerados guardiões e guardiãs de memória do povoado ou, como personalidades centrais para/nas narrativas dos habitantes de Trangola.

Essa não é uma classificação estática, sendo que os bens culturais podem apresentar características das diferentes categorias. Dessa forma, procura-se identificar os elementos que mais se destacam para estabelecer a divisão. Na sequência, o Quadro 1 apresenta os bens culturais identificados e inventariados:

Quadro 1 – Bens culturais do Povoado Trangola

Categoria	**Bens culturais**
Lugares	Museu Histórico Vicente Firmino; Mercadinho São José (Mercearia de Seu Reno); Escola Isolada Dr. Sílvio Bezerra de Melo; Capela de São José; Casario Antigo; Minas de Enxofre;

	Sítio Arqueológico Pedra do Trangola; Lajedo e Tanque de Manequinho Pinheiro;
Celebrações	Boi de Reis do Trangola; Pastoril; Festa do Padroeiro São José;
Saberes	Produção de Queijo de coalho; Cotonicultura
Formas de Expressão	
Personalidades	Poeta Aluísio; Dona Gracinha; Dona Lourdes; Seu Reno; Dona Venir Teófilo; Vicente Firmino;
Objetos	Objetos que compõem o acervo do Museu Histórico Vicente Firmino

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Inicialmente, a análise do Quadro 1 permite afirmar que foram identificados bens culturais para as categorias lugares, celebrações, saberes, personalidades e objetos, não sendo encontrados bens culturais para a categoria formas de expressão. Em relação aos lugares, identificam-se 8 bens culturais, sendo eles tanto de características predominantemente culturais (Museu Histórico Vicente Firmino; Mercadinho São José; Escola Isolada Dr. Sílvio Bezerra de Melo; Capela de São José; Casario Antigo; Sítio Arqueológico Pedra do Trangola) como naturais (Minas de Enxofre e Lajedo e Tanque de Manequinho Pinheiro).

Na categoria das celebrações foram identificadas 3, sendo elas o Boi de Reis do Trangola, o Pastoril e a Festa do Padroeiro São José. Embora os nomes das celebrações sugiram ser as mesmas de diferentes outros lugares do país, conforme se demonstrará na sequência, elas apresentam características e elementos específicos do Povoado.

As particularidades são identificadas, também, nos saberes inventariados: produção de queijo coalho e cotonicultura. Ambos os saberes encontram-se ameaçados de desaparecer. No entanto, ainda exercem significativa importância simbólica e financeira para o povoado, estando representados, inclusive, no Museu Histórico Vicente Firmino. Além disso, os saberes contam com sujeitos que os detêm e, além disso, tentam passar para as gerações atuais e futuras.

Na categoria das personalidades estão sujeitos que marcaram e marcam a história do povoado, contribuindo para a construção da memória local e, também, do município. Foi possível mapear artistas e personalidades da cultura (Poeta Aluísio e mestre brincante Vicente Firmino), professoras do povoado (Dona Gracinha; Dona Lourdes e Dona Venir) e o guardião de memórias de Trangola, Seu Reno.

Ao longo dos anos, as moradoras e os moradores do Povoado Trangola têm guardado objetos, os quais foram organizados em um Museu comunitário, que recebeu o nome do já falecido, Vicente Firmino. Esses objetos, adquirem o status de suporte de memória e, são mobilizados na construção das narrativas que perpassam a construção do museu do povoado. Na sequência, o estudo apresenta e analisa, a partir das categoriais elencadas, os bens culturais com potencialidade de apropriação pelo Turismo Cultural, sendo eles: Museu Histórico Vicente Firmino, Mercadinho São José, Capela de São José, Casario Antigo, Minas de Enxofre, Sítio Arqueológico Pedra do Trangola e Lajedo e Tanque de Manequinho Pinheiro.

Bens culturais da categoria lugares do Povoado Trangola: diálogos com o turismo cultural

Ao longo do processo de inventariação do Povoado Trangola, foi possível identificar a relação que o povoado estabelece com 8 lugares, seja pelo seu caráter cultural ou natural e a forma pela qual são mobilizados na memória das moradoras e moradores. De todos os lugares, o que desempenha o lugar central, tanto geográfico quanto do caráter de bem cultural, é o Museu Histórico Vicente Firmino. Além disso, conforme será demonstrado, é um dos principais bens com potencial para apropriação pelo Turismo cultural.

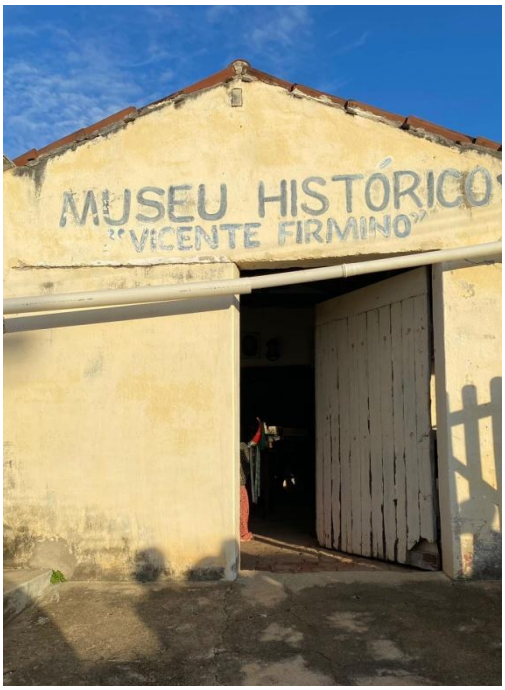
O espaço museal pode ser considerado um museu comunitário, constituído pelas moradoras e moradores do Povoado. Segundo SILVA (2024), a idealização do museu resultou de uma exposição alusiva ao mês do folclore, realizadas em agosto de 1994, na Escola Isolada Dr. Sílvio Bezerra de Melo. A exposição foi fruto da articulação do trabalho das professoras Dona Lourdes e Dona Venir, junto ao ministro da eucaristia Damião Mendes de Brito. Apesar de consistir em uma atividade escolar, a exposição contou com a participação de pessoas da comunidade, de comunidades vizinhas e da cidade de Currais Novos como um todo. O momento

foi celebrado com a doação de objetos antigos, os quais pertenceram a moradoras e moradores do povoado.

A partir dessa iniciativa, emergiu o desejo de manter um espaço que não fosse apenas temporário, mas um museu que salvaguardasse as memórias do Povoado Trangola. Para tento, foi necessário pensar um espaço no qual os objetos fossem depositados e, mais do que isso, organizados de forma a contar narrativas sobre a comunidade. Ao longo da existência do museu, ele passou por diversos lugares improvisados.

Em dezembro de 2003, o morador Luiz Reno Pinheiro disponibilizou um novo espaço para o Museu, que foi ocupado até 2025. O espaço consistia em uma sala retangular, situada ao lado da Mercearia de Seu Reno. A partir de 2025, a partir da realização de um conjunto de atividades de extensão do curso de Turismo, da UFRN, a o museu deixou de ser apenas uma sala e, passou a ocupar uma das casas mais antigas do povoado, com 5 cômodos[1]. Na sequência, as imagens de 1 e 2 apresentam, respectivamente, a fachada e a sala expositiva do museu até 2025:

Imagem 1 – Fachada do Museu Histórico Vicente Firmino 2003-2024



Fonte: Acervo do autor (2023)

Imagem 2 – Espaço expositivo do Museu até 2025

[1] Até a finalização do texto, o museu ainda não estava com seu novo espaço finalizado, motivo pelo qual não foi possível apresentar fotos da nova estrutura.



Fonte: Acervo do autor (2023)

De acordo com as memórias de Dona Lourdes e Seu Reno (2023), o nome do museu foi uma forma de homenagear Vicente Firmino da Silva, personalidade considerada importante pelo povoado. Vicente Firmino é conhecido por ter uma forte atuação cultural na comunidade, em especial como contador de causos, produtor e participante do Boi de Reis e com a produção de e apresentação de mamulengos. Devido a sua relação com os bonecos de mamulengo, seu Vicente Firmino ficou conhecido pela comunidade como José dos Bonecos.

Vicente Firmino e o Boi de Reis parecem ocupar um lugar central no Museu e na Memória da comunidade. Conforme podemos observar na Imagem 3, a exposição do Museu Histórico Vicente Firmino inicia com Seu Zé Boneco e com o Boi de Reis. Na parede, à esquerda, podemos observar 7 quadros que remetem ao patrono e às apresentações do Boi. Na sequência, em um móvel de madeira, estão expostos adereços relacionados à brincadeira do Boi de Reis, como coroas, espadas e instrumentos musicais. No primeiro plano, em destaque na imagem e na narrativa, estão o boi e o bode, que eram utilizados nas apresentações. Os objetos expostos e que eram utilizados no Boi foram confeccionados pelo próprio Vicente Firmino, possivelmente na década de 1960.

Imagem 3 – Início da narrativa expositiva do Museu Histórico Vicente Firmino



Fonte: Acervo do autor (2023)

Para além do Boi de Reis e de Vicente Firmino, o acervo do Museu é composto por objetos diversos que, de alguma forma, dialogam com a memória e com a história do povoado. Além das doações, o museu conta com a busca de peças a partir de seu gestor e guardião, Reno Pinheiro. Além disso, alguns visitantes já deixaram peças que consideraram importantes para o espaço. As peças que compõem o acervo são diversas e variadas. Em relação à constituição física, encontramos objetos em cerâmica, couro, bronze, ferro, madeira, papel, tecido, vidro, etc.

São objetos que fizeram e fazem parte do cotidiano do povoado, como objetos da lida no campo (gibão, capote, celas, coretas, ferros de marcar gado, ferraduras, matracas, etc.); materiais da produção de queijo (formas, prensas, tachos, colheres de pau, etc.); objetos de uso doméstico (ferros de passar, jarros, xícaras, pratos, talheres, pilões, máquinas de costura, etc.); objetos de uso no comércio (balanças, pesos, cuias, máquinas de calcular, etc.); objetos de cunho religioso (imagens de santos, quadros, oratórios, bíblias, etc.); materiais do universo escolar (classe, cadeira, palmatória, máquinas de escrever, etc.); objetos ligados ao mundo lúdico (brinquedos; instrumentos musicais; Boi de Reis e Bode; adereços diversos (chapéus, coroas, espadas, facas, etc.); aparelhos de televisão, rádio e telefone; máquinas fotográficas; fotografias; revistas; entre outros.

Em relação à narrativa expositiva, é possível observar a preocupação da comunidade em tentar contar uma história possível do Trangola. Mesmo sem o auxílio de profissionais da Museologia, a comunidade parece ter construído módulos que dão sentido ao espaço: Boi de Reis do Trangola; Escola e comunicação; Produção de queijo e cozinha; quartos e oratórios; Vida no campo; módulo do algodão; módulo do comércio. O Museu Vicente Firmino recebe turistas, visitantes, comunidade, escolas e público em geral. O espaço não possui um horário específico de visitação, estando condicionado à disponibilidade de Seu Reno ou Dona Lourdes, guardiões da memória do Povoado.

Também com potencial turístico, encontra-se o Mercadinho São José, conhecido como Bodega de Seu Reno. O estabelecimento consiste em um mercado, de porte pequeno, que atende ao Povoado do Trangola. Está localizado na região central do Trangola, ao lado do Museu e em frente à Quadra de Esportes e à Escola. Além disso, o estabelecimento é próximo à Igreja.

A mercearia vende alimentos e bebidas, bem como alguns produtos de limpeza e higiene e, ainda, utensílios e objetos cotidianos. Dentre os alimentos e bebidas estão tanto produtos industrializados quanto produtos feitos na comunidade, como o queijo de coalho. Tanto a arquitetura do prédio quanto a disposição dos objetos difere muito dos estabelecimentos comerciais dos grandes centros, remetendo a tempos passados que parecem ser constantemente evocados pela comunidade. As imagens 4 e 5 apresentam, respectivamente, a fachada e a parte interna do estabelecimento:

Imagem 4 – Fachada da Mercearia



Fonte: Acervo do autor (2023)

Imagem 5 – Parte interna da Mercearia de seu Reno



Fonte: Acervo do autor (2023)

A história do estabelecimento confunde-se com a história de Seu Reno, de sua família e também do próprio povoado, uma vez que o mesmo tem sido passado de pai para filho. Convertendo-se não apenas em um espaço comercial, mas também em um espaço de memória e de encontro dos moradores e das moradoras da comunidade. Embora não tenha a data exata do início das atividades da mercearia, Seu Reno acredita que remonta ao ano de 1910, aproximadamente. A mercearia se constitui, de

diferentes maneiras, como parte do Museu Histórico Vicente Firmino e da própria comunidade, sendo reconhecida como um lugar de memória. Diversos objetos que compõem o acervo do Museu foram da mercearia, especialmente balanças, pesos de balanças, máquinas de calcular, máquinas de somar, cuias (para medidas), entre outras.

Além da presença de antigos objetos da mercearia no museu, o próprio comércio constitui-se como um espaço de memória, com objetos que, embora sem a intenção prévia de Seu Reno, estão em estado de exposição. Logo na entrada da mercearia, em uma de suas paredes, observa-se um grande mural, repleto de cédulas de diferentes moedas brasileiras. Além das moedas, no centro da mercearia, Seu Reno faz uma homenagem ao pai, José Pinheiro Lopes, com uma foto. Ao fundo da foto do pai de Seu Reno, encontra-se exposto um conjunto de troféus, os quais teriam sido ganhos pelo time de futebol que existiu na comunidade, o Time Internacional do Trangola.

O terceiro local com potencial para se converter em atrativo cultural e turístico é a Capela de São José. Também chamada de Igreja de São José, está na região central do Povoado. É dedicada a São José, padroeiro do Trangola. É o espaço para a realização dos rituais católicos, religião predominante da comunidade, bem como para atividades socioculturais atreladas ao padroeiro. O início da construção da Igreja se deu no ano de 1979, sendo concluída em 1981, com a primeira missa celebrada no dia primeiro de novembro desse ano, por Monsenhor Ausônio de Araújo Filho.

De acordo com os entrevistados, a capela foi fruto das ações da Frente de Emergência Contra a Seca. Apesar de a construção ter terminado em 1981, a comunidade continua a fazer a manutenção da Igreja. Para a festa do padroeiro de 2023, a capela passou a contar com nova cor externa, em azul:

Imagem 6 – Capela de São José (2023)



Fonte: Acervo do autor (2023)

A construção da Igreja marcou uma mudança significativa em relação à comunidade. Antes de sua existência, a padroeira do Povoado era Nossa Senhora do Rosário. No entanto, com a construção em meio à seca, a comunidade se mobilizou e, com a autorização do pároco, trocaram o padroeiro para São José, que é conhecido como santo das chuvas. Apesar da alteração de padroeiro, Nossa Senhora do Rosário não deixou de ser presente e importante para o Povoado, ocupando lugar importante no altar, ao lado do Cristo Crucificado.

Enquanto no país, de forma geral, a celebração a São José é feita no dia 19 de março, no Trangola, as festividades ocorrem no mês de setembro. De acordo com os entrevistados, a troca da data se deu justamente pelas chuvas. O mês de março tende a ser um mês chuvoso no Seridó potiguar. Considerando que o Povoado está na Zona Rural, com estradas de chão batido, o deslocamento para as festividades costumava ser tumultuado, uma vez que acabava com veículos atolados, festa interrompida pela chuva, entre outros imprevistos. Para evitar esses problemas, o povoado reivindicou e foi atendido, comemorando a festa do padroeiro após o período chuvoso.

O momento auge da articulação da comunidade em relação à Capela é a festa do padroeiro, a qual conta com a participação de diferentes pessoas para sua

organização. Nesses dias, a capela recebe não apenas os habitantes do Trangola, mas também de povoados e comunidades vizinhas ao Povoado.

O Povoado do Trangola conta com um conjunto de casas e construções antigas, em ruínas ou não, as quais, em seu conjunto, formam o que estamos chamou-se de casario antigo. De diferentes momentos e, pertencentes a diferentes proprietários, algumas estão abandonadas e outras ainda contam com moradores.

O casario contou com diversos usos, como residência, espaço voltado para etapas do cultivo e beneficiamento do algodão, depósito, comércio, entre outras. Além disso, alguns desses usos se misturavam, uma vez que as construções possuíam mais de uma utilidade. Para além da importância material deste conjunto, é possível identificar narrativas que as entrelaçam ao misterioso, ao macabro, assim como na Mina de Enxofre. Outro elemento que se destaca é a relação do casario com a cotonicultura, uma vez que, alguns dos lugares, estão atrelados ao ciclo do algodão.

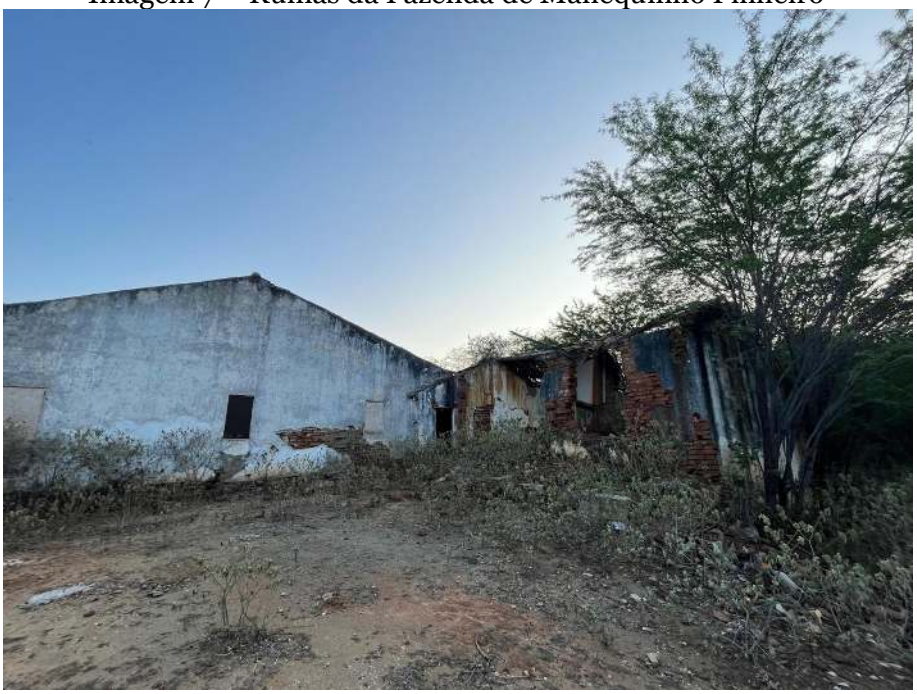
Dentre os lugares que compõem o casario, próximas à mina de enxofre, a 390 m do centro do povoado, encontram-se as ruínas do que um dia foi a fazenda de seu Manequinho Pinheiro. As memórias dos entrevistados (Dona Lourdes, 2023; Seu Reno, 2023) apontam que a fazenda contava com um espaço que recebia o algodão para passar pelo processo de vaporização, que o deixava prensado, para ir direto para a usina.

Apesar da importância e da centralidade da cotonicultura, a fazenda era destinada também para a pecuária, como fora toda a região desde o período colonial. Com a crise e término do plantio do algodão, a pecuária volta a ser a atividade principal, contando também com a produção de leite e queijo. Nas ruínas, é possível identificar, ainda, os restos do curral, feito de pedra e alvenaria.

Em termos de estrutura, a fazenda contava com uma casa destinada ao patrão e sua família e, outra para os trabalhadores do algodão[2]. As memórias de Seu Reno (2023) apontam que a fazenda concorria com outras da região, o que contrasta com o atual cenário de ruínas. Além dela, existiam outras fazendas destinadas ao algodão. A imagem 7 apresenta parte das ruínas da fazenda:

[2] As memórias de Seu Reno (2023) apontam que, de forma geral, as casas dos patrões costumavam ser construídas de tijolos, enquanto as casas dos trabalhadores eram feitas de taipa. Além disso, em tempos remotos, existia a prática de os filhos irem casando e procurando residir próximo à fazenda dos pais. Para além das questões familiares, essa prática parece estar atrelada ao trabalho conjunto no algodão e na pecuária.

Imagem 7 – Ruínas da Fazenda de Manequinho Pinheiro



Fonte: Acervo do autor (2023)

Além da importância para a história do Povoado, sobretudo para as questões econômicas, o fato de o espaço está abandonado e em ruínas contribuíram para a emergência de narrativas atreladas a assombrações, as quais perpassam as memórias de parte das moradoras e moradores do Trangola. Essas narrativas podem ser apropriadas para a construção de roteiros temáticos, tanto sobre as questões econômicas quanto por elementos do chamado Turismo Macabro.

Apesar da predominância de propriedades da família de Manequinho que estão em estado de abandono, elas não são as únicas, sendo possível identificar outras propriedades abandonas e já em processo de deterioração. Existe um processo de emigração do Povoado para Currais Novos e outras regiões, consequentemente ocasionando a diminuição da população. Acredita-se que instigar práticas de turismo cultural pode contribuir para a permanência, de forma saudável, para algumas famílias no povoado.

Também com potencialidades de apropriação turística, sobretudo pelo seu valor natural e de narrativas de cura e assombro, estão as minas de enxofre de Trangola. O Povoado do Trangola possui duas minas de Enxofre a céu aberto, as quais marcam não apenas a história da economia do povoado, mas também o seu

imaginário e crenças. De acordo com Seu Reno (2023), as crateras resultam da procura por ouro, o qual não teria sido encontrado. As minas (Imagem 8) possuem uma extensão significativa.

Imagem 8 – Mina de Enxofre



Fonte: Acervo do autor (2023)

Chama a atenção, em meio à paisagem, o tamanho das crateras e a cor do solo, que parece oscilar entre tons de amarelo e laranja. A mina presente na Imagem 8 está localizada próxima à região central do Povoado, estando entre a praça e o casario. É possível acessar o espaço a pé, com facilidade.

Para além da presença ou não de ouro, o que parece chamar a atenção para a comunidade é um suposto caráter curativo da água de uma das minas e, o caráter misterioso da outra. Em relação à mina próxima à região central, as memórias dos entrevistados convergem ao informar que, em tempos remotos, ela continha uma "cacimba", a partir da qual vertia água. Essa cacimba era chamada de Riacho da Mina. A água era utilizada pelas pessoas para limpeza de pele, sendo levada em garrafas e litros. Para além disso, algumas pessoas acreditam que a água teria caráter medicinal, sendo capaz de curar doenças de pele.

A segunda mina, mais distante da região central, conta com narrativas marcadas por mistérios, os quais estão vivos na memória do Povoado. Existe a crença de que a segunda mina teria um tipo de substância capaz de matar animais, de forma

repentina. Os motivos desse fenômeno são pensados desde a presença do enxofre, até as explicações sobrenaturais, de maldições.

Atualmente, a mina não tem mais uma utilidade econômica, embora saiba-se que o enxofre possa ser utilizado para a exploração de ouro, podendo vir a ser utilizado em outras minas. É possível entender a mina a partir da articulação entre patrimônio cultural e natural, uma vez que a mesma possui ambos os valores, que se encontram e se articulam.

Também na articulação entre elementos culturais e ambientais, está o Sítio Arqueológico Pedra do Trangola. O sítio arqueológico encontra-se registrado pelo IPHAN no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA), com o código RN00292, sendo a sua inserção feita no ano de 2009, pelo arqueólogo Valdeci dos Santos Junior (IPHAN, 2009). A vegetação na qual o sítio se insere é a Caatinga arbórea, com solo areno-siltoso, permeado por blocos rochosos em granito. O acesso até o sítio conta com uma trilha, estando distante 1,2 km da região central do Povoado. Trata-se de um sítio pré-histórico, marcado pela presença de arte rupestre (Imagem 9).

Imagem 9 – Vista geral dos grafismos rupestres pintados presentes no sítio arqueológico Pedra da Trangola



Fonte: Acervo do autor (2023)

Conforme podemos observar na Imagem 9, o sítio apresenta um conjunto de pinturas, em tonalidade avermelhada, distribuídas em um painel de rocha granítica. A figura localizada ao centro pode ser caracterizada como um zoomorfo (representação de um animal não humano), tendo abaixo outro possível zoomorfo, e seis possíveis pirogas (embarcações) no seu entorno, além de, na porção central-esquerda do painel, quatro círculos ou manchas de pigmento. É importante destacar que o sítio não é um caso isolado no Seridó Potiguar, que conta com uma grande diversidade de patrimônio arqueológico (MARTIN, 2013), e, nem na cidade de Currais Novos. Em relação ao município, encontram-se ainda outros quatro sítios cadastrados no IPHAN: Pedra da Lagoa; Pedra Furada; Pedra do Letreiro e Pedra Branca.

Embora uma das modalidades em que o Turismo Cultural ocorra seja o arqueológico e, apesar da potencialidade do sítio, é importante destacar que, em caso de apropriação desse lugar, muitos cuidados devem ser tomados para sua preservação. O sítio deixa explícito o dilema entre visitação e preservação.

Também articulando elementos naturais e culturais, encontra-se o último lugar considerado com potencial para atividade turística, o Lajedo e o Tanque de Manequinho Pinheiro. Esses lugares consistem em formações rochosas que, além do caráter natural, foram apropriados pelo Povoado Trangola para uso prático e para a construção de narrativas fantásticas. Para chegar até o tanque, é preciso percorrer uma trilha de 1,2 km, na qual é possível identificar uma paisagem de destaque no cenário (Imagem 10).

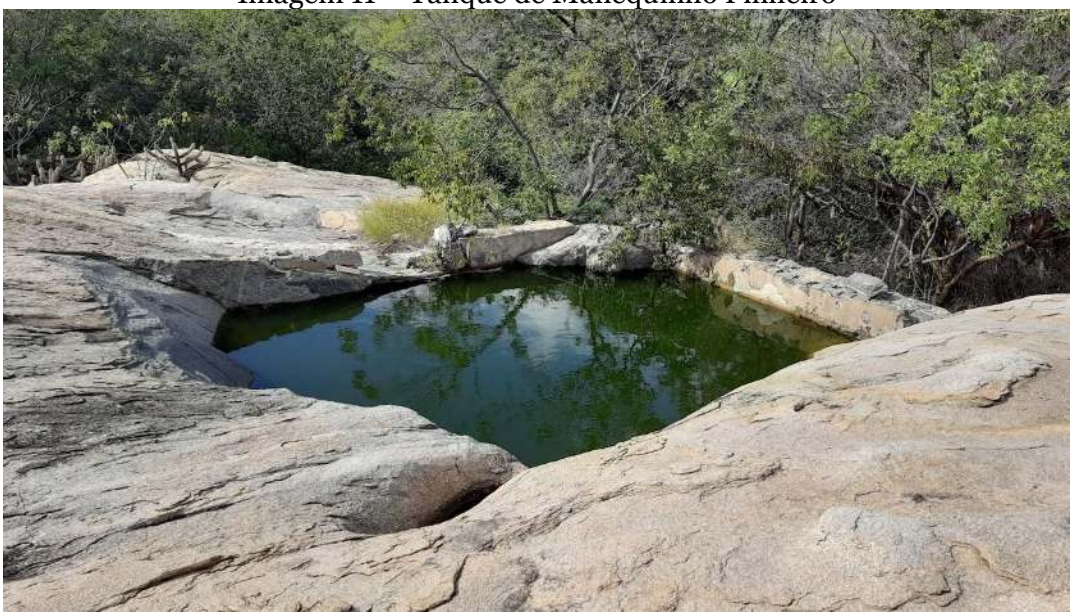
Imagem 10 – Paisagem percorrida até o Lajedo e o Tanque



Fonte: Acervo do autor (2023)

Ao chegar ao Lajedo, é possível identificar a presença de um tanque natural, que sofreu interferência humana para o reforço de uma parede. O tanque costuma estar cheio, ganhando significativo destaque na paisagem (Imagem 11):

Imagem 11 – Tanque de Manequinho Pinheiro



Fonte: Acervo do autor (2023)

As memórias de Seu Reno (2023) apontam que, no passado, além de ser usada para beber, a água do tanque servia para as mulheres do povoado lavarem roupas, as quais eram também quaradas nas rochas dali, sob o sol. Ao se deslocarem para o tanque, as mulheres costumavam trazer alguns dos filhos consigo, os quais transformavam o lugar em um espaço lúdico. Assim como o poço, os açudes também eram utilizados para lavar roupas.

Além do tanque, chama atenção na paisagem uma formação rochosa que, pelo valor simbólico a ela atribuída, pode ser chamada de geoforma. A Geoforma do pé marca significativamente o imaginário da comunidade (Imagem 12).

Imagem 12 – Geoforma do pé



Fonte: Acervo do autor (2023)

Conforme pode-se observar na Imagem 12, o lajedo parece contar com dois rastros de pé. A narrativa elaborada para explicar esse fenômeno é fortemente presente nas memórias de Seu Reno (2023):

> E aqui tem esse formato, né? Na cultura antiga, diziam que isso aqui era Nossa Senhora que andou aqui com Jesus. E aqui é o pé de Jesus e Nossa Senhora, e coincidentemente, aqui também tem um que é no formato do pé de um burro de um jumento. [...] E pessoas sempre vêm aqui e botam o pé, mas nunca dá certo não.

A análise das memórias do morador permite identificar que, recorre-se a uma narrativa que atrela elementos bíblicos ao Catolicismo popular para explicar o fenômeno do formato de pé. Este espaço pode ser pensado e apropriado a partir de diversas modalidades do turismo cultural.

Por fim, cabe destacar que, para além dos bens culturais da categoria lugares, diversos outros bens culturais do Povoado podem ser pensados a partir do Turismo cultural, tanto de forma separada ou em complementação a atividades relacionadas com os lugares, como o Boi de Reis do Trangola, a Festa do Padroeiro São José e a produção de Queijo Coalho[3]. No entanto, considerando a delimitação do estudo, optou-se por encerrar a discussão apenas com a categoria dos lugares.

Considerações finais ou, possibilidades de apropriação do patrimônio cultural pelo turismo?

Ao realizar a análise a dos bens culturais do Povoado Trangola, especificamente da categoria lugares, é possível afirmar que, dos 8 bens inventariados, 7 deles possuem potencial para serem apropriados pelo turismo cultural, sendo eles: Museu Histórico Vicente Firmino, Mercadinho São José; Capela de São José, Casario Antigo, Minas de Enxofre, Sítio Arqueológico Pedra do Trangola e Lajedo e Tanque de Manequinho Pinheiro.

Entende-se que, tomando os devidos cuidados, esses lugares podem ser convertidos em atrativos turísticos, contribuindo para a salvaguarda desses espaços, bem como a possível geração de renda para a comunidade. Além disso, valorizar esses espaços contribui para a construção de narrativas que apontam para a importância de uma compreensão ampla de patrimônio cultural. Esse alargamento do conceito contribui para a democratização das narrativas históricas produzidas.

Embora ainda sejam necessários estudos para identificação de meios de hospedagem e equipamentos de alimentos e bebidas, já é possível pensar em roteiros culturais, roteiros pedagógicos e atividades que possam ser realizadas no povoado. Os espaços inventariados e analisados apresentam elementos que contribuem para a construção de uma identidade compartilhada no Povoado Trangola, a qual pode ser mobilizada como elemento atrativo de visitações.

Acredita-se que equilibrando da forma correta a visitação aos bens culturais, ela pode contribuir para a valorização e conservação do patrimônio cultural de

[3] Para saber mais sobre a produção de queijo na cidade de Currais Novos em geral e, sobre a produção de queijo no Povoado Trangola, ver: SILVA, FERNANDA RAYSSA DA; SILVA, EDUARDO CRISTIANO HASS DA. A integração do queijo artesanal na cadeia produtiva do turismo: um estudo dos municípios de Currais Novos e Tenente Laurentino Cruz/RN. **Revista iberoamericana de turismo**, v. 15, p. 118-136, 2025.

Trangola. Além disso, nesse processo de proposição de atividades, é fundamental a participação da comunidade que, conforme foi possível identificar ao longo da inventariação, busca por sua inserção nas atividades turísticas já realizadas em Currais Novos e no Seridó potiguar.

Roteiros culturais e atividades pedagógicas relacionadas ao turismo histórico, arqueológico, macabro e étnico são apenas algumas das possibilidades identificadas. Para além de propor conclusões definitivas e fechadas, acredita-se que o texto apresentado contribui para a divulgação de bens culturais pouco conhecidos pela própria cidade de Currais Novos, contribuindo para narrativas mais plurais sobre a cidade e sobre a região.

Dessa forma, questiona-se: além do Povoado Trangola, quantas outras comunidades rurais apresentam potencialidades para atividade turística? Como trazer esses sujeitos para o centro das discussões sobre o patrimônio cultural, turismo e desenvolvimento sustentável? Como formatar produtos e serviços específicos para essas comunidades? São esses questionamentos que mobilizam a continuidade da investigação e a proposição de inventários futuros.

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O Perigo de uma História Única*. Tradução de Júlia Romeu. Companhia das Letras, São Paulo, 2009.

ALBERTI, Verena. *Ouvir contar:* textos em História Oral. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

ARANTES, Antônio Augusto. Sobre Inventários e outros instrumentos de Salvaguarda do Patrimônio Cultural Intangível: Ensaio de Antropologia Pública. *Anuário Antropológico,* 2007-2008-2009, p. 173-222.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo Cultural:** orientações básicas. 3. ed.- Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

COSTA, Flávia Roberta. **Turismo e Patrimônio Cultural:** interpretação e qualificação. São Paulo: Editora Senac, 2009.

DONA GRACINHA. Maria das Graças Pinheiro. Entrevista concedida aos pesquisadores em 17 de abril de 2023.

DONA LOURDES. Maria de Lourdes Garcia Geraldo. Entrevista concedida aos pesquisadores em 08 de maio de 2023.

DONA LOURDES. Maria de Lourdes Garcia Geraldo. Escritos concedidos aos pesquisadores em 08 de maio de 2023.

FLORÊNCIO, Sônia Regina Rampim et al. *Educação Patrimonial:* inventários participativos - manual de aplicação Brasília: IPHAN, 2016. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/inventariodopatrimonio_15x21web.pdf. Acesso em: 10 mar. 2023.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. *Patrimônio histórico e cultural*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

GOMES, Danilo Cortez. "Tirando leite de Pedra": a dinâmica econômica do Seridó Potiguar. *Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE*. Ano XIX , v. 3, n 38, 2017. Disponível em: https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/4658.
IPHAN. Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos: Pedra do Trangola. 2009. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cnsa_detalhes.php?19482. Acesso em: 16 jul. 2023.

MARTIN, Gabriela. **Pré-história do Nordeste do Brasil**. 5. ed. Recife: EDUFPE, 2013. Disponível em: https://editora.ufpe.br/books/catalog/book/415. Acesso em: 29 nov. 2023.

PEREIRA, Júnia Sales; ORIÁ, Ricardo. Desafios teórico-metodológicos da relação Educação e Patrimônio. *Resgate*, vol. XX, n. 23 - jan./jun. 2012. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8645738.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. *Revista Brasileira de História*, v. 27, nº 53, 2007.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

RICOEUR, Paul. *A Memória, a História e o Esquecimento*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

QUINTINO FILHO, Antônio. **História de Currais Novos**. 2. ed. Recife: Editora UFPE, 2009.

REVISTA CURRAIS NOVOS. Pinceladas dos aspectos históricos do Trangola.

SANTOS, Aluízio Soares dos. Entrevista concedida aos pesquisadores em 08 de maio de 2023.

SANTOS, Amanda Basílio; COLVERO, Ronaldo Bernardino. Turismo macabro: uma possibilidade de valorização do patrimônio cemiterial e de outras Memórias. In: FIGUEIRA, Michel Constantino; CORTES, Márcia Della Flora. **Turismo patrimonial:** o passado como experiência. Pelotas: Ed. do Autor, 2020.

SANTOS, Maria Paula da Silva. **Lugar e vulnerabilidade social**: estudo sobre a comunidade rural trangola no município de Currais Novos/RN. 2018. 70f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018. Disponível em: < https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/34624 > . Acesso em: 12 abr. 2023.

SEU RENO. Reno Pinheiro. Entrevista concedida aos pesquisadores em 24 de abril de 2023.

SILVA, Eduardo Cristiano Hass da. **Inventário do Patrimônio Cultural do Povoado Trangola:** município de Currais Novos/RN. Currais Novos: E. C. H. Silva, 2024.

SILVA, Fernanda Rayssa da. *A integração do queijo artesanal na cadeia produtiva do turismo em Currais Novos e Tenente Laurentino Cruz/RN*. Monografia (graduação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Faculdade de Engenharia, Letras e Ciências Sociais do Seridó, Curso de Turismo, Currais Novos, RN, 2024.

TOLENTINO, Átila Bezerra. O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. In: TOLENTINO, Átila Bezerra; BRAGA, Emanuel Oliveira. *Educação patrimonial:* políticas, relações de poder e ações afirmativas. João Pessoa: IPHAN-PB; Casa do Patrimônio da Paraíba, 2016.

VEYNE, Paul Marie. **Como se escreve a história:** Foucault revoluciona a história. Trad. de Alda Baltar e Maria Auxiadora Kneipp. 4. ed. Brasília: Editora UNB, 1982.

Recebido em Julho de 2025
Aprovado em Julho de 2025